

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0960/2018

A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA, com sede na Av. Madre Benvenuta, 2007, Itacorubi, Florianópolis/SC, CEP 88035-001, inscrita no CNPJ sob nº 83.891.283/0001-36, por intermédio da Coordenadoria de Licitações e Compras - CLICO, torna público que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL - PP**, exclusivo para Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte - ME ou EPP, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL** para selecionar proposta objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, Decreto 1.408, de 25 de fevereiro 2013, bem como à legislação correlata, e demais exigências previstas neste edital e seus anexos.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE COFFEE BREAK PARA EVENTOS VINCULADOS AOS PROJETOS EDITAL PAEX 02/2017 E PASA 19/2017 – CCT/UDESC, conforme especificações constantes do Anexo II.

Entrega dos envelopes: Envelope nº 1 (Proposta de Preços) e Envelope nº 2 (Documentos de Habilitação):	
Data/Hora: 30/07/2018 – 14:00 horas Credenciamento: 30/07/2018 – 14:00 horas	Bloco F, Auditório da Udesc Joinville, Rua Paulo Malchitzky, Campus Universitário Professor Avelino Marcante nº 200, Bairro Bom Retiro, Joinville/SC, CEP: 89.219-710.

Abertura da sessão:	
A partir do credenciamento dos licitantes	Bloco F, Auditório da Udesc Joinville, Rua Paulo Malchitzky, Campus Universitário Professor Avelino Marcante nº 200, Bairro Bom Retiro, Joinville/SC, CEP: 89.219-710.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: (PP nº 0960/2018)site: <http://www.portaldecompras.sc.gov.br/>e-mail: clico.cct@udesc.br

REFERÊNCIA DE TEMPO: Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0960/2018

A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA, com sede na Av. Madre Benvenuta, 2007, Itacorubi, Florianópolis/SC - CEP 88035-001, inscrita no CNPJ sob nº 83.891.283/0001-36, por intermédio da Coordenadoria de Licitações e Compras - CLICO, torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - PP, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para selecionar proposta objetivando o REGISTRO DE PREÇOS, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE COFFEE BREAK PARA EVENTOS VINCULADOS AOS PROJETOS EDITAL PAEX 02/2017 E PASA 19/2017 – CCT/UDESC**, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, Decreto 1.408, de 25 de fevereiro 2013, bem como à legislação correlata, e demais exigências previstas neste edital e seus anexos.

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1** O pregão presencial - PP será realizado em sessão pública.
- 1.2** Os trabalhos serão conduzidos por servidor da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina, denominado pregoeiro.
- 1.3** Este Processo Licitatório é **exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte**, não sendo admitida a participação de empresas que não se enquadrem em tal categoria, conforme Artigos 47 e 48 da Lei Complementar Federal nº 123/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 147/2014.
- 1.4** Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF.

Os documentos relacionados a seguir fazem parte integrante desta licitação:

[Anexo I.....Termo de Referência;](#)

[Anexo II Quadro de Quantitativo;](#)

[Anexo III.....Modelo de proposta de preços;](#)

[Anexo IV.....Identificação dos envelopes;](#)

[Anexo V.....Minuta da ata de registro de preços;](#)

[Anexo VI.....Modelo de autorização de fornecimento;](#)

[Anexo VII.....Declaração de que a licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição;](#)

[Anexo VIII....Declaração comprobatória de enquadramento na microempresa ou empresa de pequeno porte;](#)

[Anexo IX.....Declaração de cumprimento das condições de habilitação;](#)

[Anexo X.....Minuta do contrato](#)

2 DA LICITAÇÃO

2.1 Do Objeto

2.1.1 A presente licitação destina-se a selecionar proposta objetivando o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE COFFEE BREAK PARA EVENTOS VINCULADOS AOS PROJETOS EDITAL PAEX 02/2017 E PASA 19/2017 – CCT/UDESC**, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos [Anexos I](#) e [II](#) e nas condições previstas neste edital.

2.1.1.1 O Órgão Gerenciador (Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – Centro de Ciências Tecnológicas – CCT/UDESC), assim como os demais Centros Participantes não se obrigam a adquirir o objeto e as quantidades definidas neste edital.

2.1.1.1.1 As quantidades informadas no [Anexo II](#) são estimativas, podendo a Administração contratar o fornecimento de acordo com a sua efetiva necessidade, respeitando-se os limites estabelecidos pela legislação.

2.2 De acordo com o Convênio ICMS nº 26/03, aprovado pelo CONFAZ - Conselho Nacional de Política Fazendária, o objeto desta licitação tem o benefício da isenção do ICMS às empresas catarinenses, desde que condicionado o desconto no preço ao valor equivalente ao imposto dispensado e a indicação do valor do desconto no respectivo documento fiscal de venda ou prestação de serviços.

2.2.1 Eventuais dúvidas quanto ao benefício citado podem ser dirimidas junto a qualquer das Gerências Regionais da Fazenda Estadual – GERG, da Diretoria de Administração Tributária – DIAT, da Secretaria de Estado da Fazenda ou, ainda, no site www.sef.sc.gov.br.

2.2.2 Nos casos em que for aplicável a isenção do ICMS, a licitante deverá, obrigatoriamente, informar a respectiva alíquota ao pregoeiro, caso seja o primeiro colocado, após encerrada a disputa de lances.

2.2.2.1 A isenção supracitada não se aplica:

- a) às compras de produtos efetuadas em empresas cadastradas no SIMPLES/Nacional;
- b) às compras de produtos efetuadas em empresas sediadas em outros estados;
- c) às aquisições de produtos sujeitos ao regime de substituição tributária, conforme decreto nº 3.174, de 15 de abril de 2010, que introduz as alterações 2.294 a 2.307 no RICMS/SC-01 quando efetuadas em estabelecimentos varejistas.

2.3 Da execução da licitação: O processamento da licitação pela Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina será na qualidade de Interviente Promotora, destinando-se o objeto licitado a atender as necessidades da UDESC.

2.3.1 Nos termos do inciso III, parágrafo único, do art. 85, do Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009 (alterado pelo Decreto Estadual 1.408 de 25 de fevereiro de 2013) o gerenciamento da Ata de Registro de Preços caberá à Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC.

3 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar desta licitação as empresas interessadas que atenderem às exigências estabelecidas neste edital.

3.2 Não será admitida a participação de:

3.2.1 Empresas que não se enquadrem como Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte, de acordo com a Lei Complementar 123/2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014.

3.2.2 Empresas distintas valendo-se de um único representante.

3.2.3 Empresas em recuperação judicial ou extrajudicial, ou cuja falência tenha sido declarada, que se encontram sob concurso de credores ou em dissolução ou em liquidação, assegurando o direito de participar àquelas que estejam em processo de recuperação judicial/extrajudicial nos termos da lei nº 11.101/05.

3.2.4 Empresas punidas com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração usuária do Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA, durante o prazo estabelecido para a penalidade.

3.2.5 Empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública.

3.2.6 Empresas cujos diretores, gerentes, sócios e empregados sejam servidores ou dirigentes do órgão/entidade licitante, bem como membro efetivo ou substituto da Comissão de Licitação.

3.3 A participação na licitação implica automaticamente a aceitação integral e irretratável dos termos e conteúdos deste edital e seus anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

4 DAS ATRIBUIÇÕES DO PREGOEIRO

4.1 Advertir os licitantes.

4.2 Definir parâmetros ou percentagens sobre os quais os lances verbais devem ser reduzidos.

4.3 Estabelecer o tempo para o oferecimento dos lances verbais.

4.4 Permitir a comunicação dos representantes dos licitantes com terceiros não presentes à sessão através de aparelhos de telefone celular e outras.

- 4.5 Promover o credenciamento dos interessados.
- 4.6 Recebimento dos envelopes das propostas de preços e documentos de habilitação.
- 4.7 Abertura dos envelopes das propostas de preços e a sua análise e classificação dos licitantes.
- 4.8 A Adjudicação da proposta de menor preço.
- 4.9 A verificação se as licitantes atendem as exigências do edital.
- 4.10 O acompanhamento e intervenção, quando necessário, dos procedimentos relativos aos lances.
- 4.11 A análise da documentação de habilitação, da licitante que apresentou o menor preço.
- 4.12 Geração da ata da sessão.
- 4.13 Alterar o valor mínimo dos lances.

5 DO CREDENCIAMENTO PARA PARTICIPAR DO CERTAME

5.1 Em data e horário estabelecidos para a realização da sessão pública do pregão, a licitante interessada ou seu representante deverá identificar-se, e, no caso de representante, este deverá comprovar o credenciamento e os necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os atos relativos ao certame;

5.1.1 Para comprovar a condição de interessado ou a qualidade de representante da licitante, o credenciado entregará ao pregoeiro:

- a) **FORA DOS ENVELOPES** - Cópia do documento de identidade de fé pública, bem como original para averiguação e autenticação pelo pregoeiro ou membro da equipe de apoio ou cópia autenticada em cartório.
- b) **FORA DOS ENVELOPES** - Se representante (preposto/procurador), procuração pública ou particular, com poderes específicos para representar a empresa na licitação em todas as suas fases, e todos os demais atos, em nome da licitante e em conjunto cópia autenticada em cartório ou cópia e original para autenticação pelo pregoeiro ou membro da equipe de apoio do contrato social, estatuto ou ata da eleição do dirigente licitante assinante da procuração.
- c) **FORA DOS ENVELOPES** - Se dirigente/proprietário, apresentar cópia autenticada ou cópia e original para autenticação pelo pregoeiro ou membro da equipe de apoio do contrato social, estatuto ou ata de eleição do dirigente da licitante.
- d) **FORA DOS ENVELOPES** - Declaração comprobatória de enquadramento na microempresa ou empresa de pequeno porte ou comprovação do enquadramento emitido pela Secretaria da Receita Federal ([Anexo VIII](#)).
- e) **FORA DOS ENVELOPES** - Declaração de cumprimento das condições de habilitação ([Anexo IX](#)).

5.2 As licitantes interessadas ou seus representantes deverão se fazer presentes na sessão pública do pregão, no horário fixado no preâmbulo deste edital, para realizar a entrega dos envelopes com as propostas e documentos.

5.3 Caso as licitantes interessadas não credenciem representantes, participando somente por envelope, as declarações que deveriam ser entregues fora dos envelopes pelo representante, bem como, cópias autenticadas do contrato social, estatuto ou ata de eleição do dirigente da licitante, **deverão ser apresentadas de uma das seguintes formas:**

5.3.1 Dentro de um envelope separado, devidamente identificado como Envelope nº 3, podendo ser utilizado, para identificação do mesmo, o modelo constante do [Anexo IV](#) deste edital. Este Envelope nº 3, bem como, os Envelopes nº 1 (Proposta de Preços) e nº 2 (Habilitação), deverão ser entregues dentro de um envelope maior, garantindo assim que todos os envelopes do licitante cheguem ao Pregoeiro de forma conjunta;

5.3.2 Dentro de um envelope maior, o qual deverá abrigar também os Envelopes nº 1 (Proposta de Preços) e nº 2 (Habilitação).

5.4 Tão somente a pessoa credenciada poderá intervir no procedimento licitatório, sendo admitido, para esse feito, um único representante por licitante interessada;

5.5 Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa neste pregão, sob pena de exclusão sumária de ambas as licitantes representadas;

5.6 A comprovação de que o interessado não possui poderes específicos para representar a licitante no certame, implicará na impossibilidade de participar da fase competitiva, consubstanciada nos lances verbais, lavrando-se em ata o ocorrido e, permanecendo tão somente no certame a sua proposta escrita.

5.7 Aplica-se igualmente o disposto no item 5.6 às licitantes que não se fizerem representar na sessão pública.

6 DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

6.1 Iniciada a sessão pública do pregão, esta não será suspensa ou transferida, salvo motivo excepcional assim caracterizado pelo pregoeiro.

6.2 Verificando-se o adiamento da sessão pública do pregão, o pregoeiro determinará nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

6.3 O pregoeiro poderá interromper a sessão, temporariamente, para determinar alguma providência administrativa para o bom andamento dos trabalhos.

6.4 Será lavrada ata a ser assinada por todos os presentes relatando todos os atos e fatos ocorridos até o momento da suspensão da sessão pública, inclusive os motivos do adiamento.

6.5 Da sessão pública do pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, das propostas escritas e verbais apresentadas na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e as licitantes com intenção de recorrer, sendo os motivos registrados em ata.

6.6 A ata circunstanciada deverá ser assinada pelo pregoeiro e por todos os prepostos das licitantes presentes, através dos interessados ou representantes devidamente credenciados.

7 DA PROPOSTA DE PREÇOS

7.1 Da proposta:

7.1.1 A proposta de preços contida no Envelope nº 1 deverá, preferencialmente, ser apresentada em papel timbrado, com todas as suas folhas numeradas e rubricadas, contendo endereço, telefone e e-mail da licitante; e, deverá, obrigatoriamente, ser impressa por qualquer processo eletrônico, em idioma nacional, sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, sendo todas as suas folhas identificadas com razão social completa e CGC/CNPJ da licitante, devendo a última folha ser datada e assinada pelo interessado ou representante da empresa devidamente identificado.

7.1.2 A proposta depois de entregue é **irretratável** e **irrenunciável**.

7.1.3 A proposta deve ser apresentada de acordo com o modelo constante do [Anexo III](#) deste pregão, com base nas especificações do [Anexo II](#), verificando-se o disposto no item 7.1.

7.1.4 Sob pena de desclassificação, para cada item, deverá ser preenchida, observando-se, obrigatoriamente:

a) preço unitário do item deverá ser expresso em reais, com no máximo 2 (duas) casas decimais, no campo “VALOR DA PROPOSTA”.

a.1. Efetuar a multiplicação do valor UNITÁRIO DO ITEM pela quantidade requisitada, quando cotação pelo valor TOTAL DO LOTE.

b) deverá ser indicada a MARCA do produto cotado no campo correspondente de cada item;

c) deverá ser indicado o MODELO do produto cotado no campo correspondente de cada item;

d) Descrição detalhada do objeto, indicando, no que for aplicável, o prazo de validade ou de garantia.

7.1.5 Serão desconsideradas as propostas que apresentarem alternativas de preços ou qualquer outra condição não prevista neste edital.

7.1.6 Havendo divergência entre os valores unitário e total, prevalecerão os valores unitários, podendo o pregoeiro corrigir os cálculos para efeitos de julgamento e a contratação, se for o caso.

7.1.7 Serão desclassificadas as propostas que, posteriormente a fase de lances, apresentarem valores superiores aos de mercado, ou aos que a Administração Pública tenha estabelecido como máximo a pagar pelos serviços constantes na licitação.

7.1.8 Nos preços cotados devem estar inclusos tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e as despesas decorrentes da execução do objeto.

7.1.9 A proposta entregue não poderá ter prazo de validade inferior a 60 dias, sendo este o prazo considerado em caso de omissão.

7.1.10 O prazo de entrega do produto cotado não poderá ser superior ao estabelecido no Anexo I, contados da data do recebimento da autorização de fornecimento ou assinatura do contrato.

7.1.11 O prazo de validade do produto cotado deverá atender ao que se acha discriminado no Anexo II – Quadro de Quantitativo e Especificação Mínima dos Itens e Condições de Fornecimento.

7.1.12 As licitantes deverão ofertar preços para **todos os itens do(s) lote(s) que lhe(s) interessar(em)**, não sendo necessário ofertar preços para todos os lotes. O licitante que não cotar um ou mais itens de um lote será desclassificado da disputa daquele lote específico.

7.1.13 Não serão aceitas propostas sem a assinatura do representante da empresa devidamente identificado.

7.1.14 Na hipótese prevista no subitem 7.1.1, estando presente o representante legal na sala onde estão sendo abertos os envelopes e, desde que devidamente comprovada a sua representatividade através de procuração com poderes específicos inerentes ao presente pregão, a falta da assinatura poderá ser sanada no ato da constatação de tal fato;

7.2 Da proposta readequada:

7.2.1 A licitante vencedora do certame, quando houver cotação de proposta por lote, deverá detalhar sua proposta, após encerramento da sessão, com os respectivos valores unitários readequados ao valor total representado pelo lance vencedor, **no prazo de 2 (dois) dias úteis**, contado a partir da data do encerramento da sessão;

7.2.2 Sendo vencedora do certame empresa catarinense, nos casos em que for aplicável a isenção do ICMS, de acordo com o Convênio ICMS nº 26/03, aprovado pelo CONFAZ – Conselho Nacional de Política Fazendária, a licitante deverá, obrigatoriamente, informar a respectiva alíquota.

7.2.2.1 Informada a alíquota, esta deverá detalhar, após encerramento da sessão, sua proposta com os respectivos valores unitários readequados ao valor total representado pelo lance vencedor sem incidência do ICMS (objetivando a emissão do contrato, da nota de empenho e do documento fiscal), no prazo de 1 (um) dia útil, contado a partir da data do encerramento da sessão.

8 DA ABERTURA DA SESSÃO E ETAPA DE LANCES

8.1 Aberta a sessão pública do pregão, após o credenciamento das licitantes, o pregoeiro abrirá o envelope nº 1 contendo a proposta de preços, verificará a sua conformidade com as exigências do presente edital e as ordenará por ordem de menor preço (**MENOR PREÇO GLOBAL**).

8.2 Participarão dos lances verbais e sucessivos o autor da proposta de menor preço e os autores das propostas que apresentem valores até 10% superiores, relativamente, a de menor preço.

8.2.1 Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições previstas anteriormente, serão chamados a participar dos lances verbais e sucessivos os autores das melhores propostas, quaisquer que sejam os preços oferecidos, até o máximo de 3 (três).

8.3 Os lances verbais e sucessivos em **R\$ (reais)** serão iniciados pelo autor da proposta com maior preço dentre aqueles aptos a oferecer propostas e assim, sucessivamente, em ordem decrescente, até a proclamação do vencedor;

8.4 Julgamento das propostas de preços

8.4.1 Abertas as Propostas de Preços de todas as licitantes, será examinada preliminarmente a satisfação dos pressupostos fixados nesta licitação e na legislação vigente.

8.4.2 No julgamento das propostas considerar-se-á vencedora(s) aquela(s) que, obedecendo às condições, especificações e procedimentos estabelecidos neste Edital, apresentar o **“MENOR PREÇO GLOBAL”**.

8.4.3 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do ato convocatório da licitação.

8.4.4 Verificado que a proposta de menor preço atende às exigências fixadas neste Edital, será procedida a fase posterior – Fase de Habilitação.

8.5 O pregoeiro poderá solicitar às empresas classificadas para lances, exceto a empresa vencedora, a formalização de lances intermediários para registrar na ata, sendo obrigatória a assinatura do representante;

8.6 Para fins de julgamento das propostas de preços, será considerado empate:

a) Nas situações em que duas ou mais propostas de microempresas e empresas de pequeno porte, apresentarem o mesmo valor, ou duas ou mais propostas de licitantes não enquadrados como microempresas e empresas de pequeno porte apresentarem o mesmo valor.

b) Nas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte forem iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada não enquadrada como microempresa e empresa de pequeno porte.

8.6.1 No caso de empate, será adotado o seguinte procedimento:

8.6.2 Para as situações previstas na alínea “a” do subitem 8.6, a classificação será decidida por sorteio, em ato público, para o qual os licitantes interessados serão convocados, sendo que a forma como se procederá ao sorteio, será definida pelo Pregoeiro, ressalvado o disposto no art. 3º, § 2º da Lei nº 8666/93.

8.6.3 Para as situações previstas na alínea “b” no subitem 8.6 deste edital, a classificação será realizada da seguinte forma:

a) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

b) Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea “a” acima, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 8.6, alínea “b” na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

8.6.4 No caso de empate nos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que estejam enquadradas na hipótese do subitem 8.6.3 alínea “a”, a primeira a apresentar oferta será decidida por sorteio a ser realizado pelo Pregoeiro.

8.6.5 Na hipótese da não contratação nos termos previstos nestes subitens, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.7 Caso duas ou mais propostas dentre as inicialmente ordenadas para oferecer lances verbais apresentarem preços iguais, será realizado previamente sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

8.8 Os lances, em valores distintos e decrescentes, serão efetuados no momento em que for conferida a palavra ao interessado ou representante da licitante, na ordem decrescente dos preços, sendo admitida disputa para toda a ordem de classificação estabelecida pelo pregoeiro.

8.9 É vedada a oferta de lance visando empate com proposta de outra licitante.

8.10 Os lances observarão o decréscimo mínimo de R\$ 1,00 (**um Real**) do último valor ofertado.

8.10.1 A critério do pregoeiro, o valor descrito no subitem 8.10 poderá ser aumentado para dar maior celeridade ao processo competitivo;

8.11 Não será admitida a desistência do(s) lance(s) efetivado(s), sujeitando-se a licitante desistente às penalidades previstas neste pregão.

8.12 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa de competição e na consideração do último preço apresentado, para efeito de ordenação das propostas.

8.13 Caso as licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço.

8.14 O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, as licitantes deixarem de apresentar novos lances;

8.15 Encerrada a etapa competitiva e ordenadas, em ordem crescente, as ofertas de preços propostos, o pregoeiro verificará:

- a) A aceitabilidade da proposta de menor valor comparando-a com valores consignados em planilha de acompanhamento de preços do órgão licitante, decidindo a respeito;
- b) O atendimento das especificações e qualificações do bem ofertado, definidas no pregão e seus anexos, bem como as demais condições estabelecidas.

8.16 Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o pregoeiro poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter melhor preço.

8.17 Se a oferta não for aceitável ou se a licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, por ordem de classificação, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda as condições do Edital, que será declarada vencedora da licitação.

8.17.1 Na situação prevista no item 8.16 o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

8.18 Serão desclassificadas:

- a) as propostas que não atenderem às exigências relativas ao objeto desta licitação;
- b) as propostas que forem omissas ou se apresentarem incompletas ou não informarem as características do bem cotado, impedindo sua identificação com o item licitado;
- c) as que conflitarem com a legislação em vigor;
- d) as que deixarem de atender aos requisitos estabelecidos no item proposta de preços deste edital.

8.19 Encerrada a fase competitiva do pregão e ordenadas as propostas, imediatamente será aberto pelo Pregoeiro o Envelope nº 2 – Documentos de Habilitação da(s) licitante(s) vencedora(s).

9 DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE Nº 2

9.1 Os documentos de habilitação, em uma via, preferencialmente numerados sequencialmente e rubricados em todas as suas páginas por representante legal da licitante ou preposto, preferencialmente acompanhados de rol de documentos deverão ser apresentados:

- a) Em original ou;
- b) Cópia autenticada por cartório ou;
- c) Cópia não autenticada, mediante a exibição dos originais na data da abertura, para conferência pelo pregoeiro ou membro da equipe de apoio ou;
- d) Exemplar da publicação em órgão da imprensa oficial.

9.1.1 Somente serão aceitos documentos originais, cópias ou publicações legíveis, que ofereçam condições de análise por parte do pregoeiro ou membro da equipe de apoio;

9.1.2 Somente será(ão) autenticado(s) documento(s) através da apresentação de seu(s) original(is);

9.1.3 Serão aceitos comprovantes de regularidade fiscal, obtidos na rede internet, condicionado a que os mesmos tenham sua validade confirmada pelo pregoeiro, na fase de habilitação;

9.2 A documentação para fins de habilitação, a ser apresentada e inclusa no respectivo envelope (Envelope nº 2 – Documentos de Habilitação) pelas licitantes, é constituída de:

9.2.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam;
- c) Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da eleição dos administradores ou diretoria em exercício;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

9.2.2 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

a) **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica (CNPJ)** pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

b) **Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal e para com a Dívida Ativa da União**, mediante apresentação da Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Link: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Certidoes/PessoaJuridica.htm>).

c) **Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual** do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;

c.1. Para as empresas de outro estado que optarem por participar através de filial, deverá também ser apresentado prova de regularidade fiscal para com a fazenda do Estado de Santa Catarina.

d) **Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal** do domicílio ou sede da licitante expedida pelo órgão competente;

d.1. Para as empresas que optarem por participar através de filial, deverá também ser apresentado prova de regularidade fiscal para com o município que se encontrar instalada esta filial.

e) **Prova de regularidade junto à Seguridade Social** (Link:

<http://www.receita.fazenda.gov.br/previdencia/CND/defaultpj.htm>) **Dispensada se apresentar a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União.**

f) **Prova de regularidade perante o CRF-FGTS** (Link:

<https://www.sifge.caixa.gov.br/Cidadao/Crf/FgeCfSCriteriosPesquisa.asp>).

g) **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, (Link: <http://www.tst.jus.br/certidao>).

9.2.2.1 Para as microempresas e empresas de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, improrrogáveis, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (conforme art. 43, parágrafo 1º da Lei Complementar 147/2014), desde que tenha apresentado a Declaração.

9.2.2.2 A não-regularização da documentação, no prazo estabelecido, implicará na decadência do direito da microempresa ou empresa de pequeno porte à contratação, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis por descumprimento de obrigações contratuais previstas neste edital e na legislação vigente aplicável à matéria (advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração e declaração de inidoneidade), sendo facultada à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

9.2.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) **Certidão negativa de pedido de falência ou concordata ou recuperação judicial** expedida pelo distribuidor ou pelos cartórios de registro de falências e concordatas da sede da pessoa jurídica, emitidas com a antecedência máxima de trinta dias da data limite fixada para entrega dos documentos ou com prazo de validade expresse.

a.1) As empresas que optarem participar através de filial, deverão apresentar também certidão negativa para com o cartório/comarca que se encontrar instalada esta filial.

9.2.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) **Declaração de que a empresa licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal** conforme [Anexo VII](#) do edital. A declaração deverá ser juntada aos Documentos de Habilitação – Envelope nº 2;

9.2.5 Serão aceitos documentos obtidos na internet, desde que os mesmos tenham sua validade confirmada pelo pregoeiro ou sua equipe de apoio;

9.2.6 Os comprovantes exigidos, quando for o caso, deverão apresentar prazo de validade até a data limite fixada para a entrega dos envelopes. Não constando à vigência, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias da data da emissão;

9.2.7 Habilitação para cadastrados no DGMS/SC – SEA/SC

Para as empresas cadastradas no DGMS/SEA - Secretaria do Estado de Administração (www.sea.sc.gov.br), a documentação a ser incluída no envelope nº 2 pelas licitantes, é constituída de:

a) Certificado de Cadastro de Fornecedores - CCF, válido na data limite fixada para apresentação dos documentos neste Pregão, emitido pela DGMS – Diretoria de Gestão de Materiais e Serviços, da Secretaria da Administração do Estado de Santa Catarina, pertinente ao grupo-classe objeto desta licitação, ou seja, ***não será aceito Certificado de Fornecedor Vencido.***

a.1) No caso de haver algum documento com validade vencida no Registro Cadastral a participante deverá apresentar o respectivo documento, válido, na Documentação.

b) Habilitação Jurídica (mesma documentação exigida no item 9.2.1)

c) Regularidade Fiscal e Trabalhista

c.1) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, emitida gratuitamente no site <http://www.tst.jus.br/certidao>, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943 – (dispensada apresentação se constar no CCF)

d) Trabalho de Menor (mesma documentação exigida no item 9.2.4 – dispensada apresentação se constar no CCF)

e) Qualificação Econômica Financeira (mesma documentação exigida no item 9.2.3 – dispensada apresentação se constar no CCF)

9.3 Sob pena de inabilitação, os documentos a que se referem o subitem 9.2 deste pregão deverão constar o nome/razão social da licitante, o número do CNPJ e o respectivo endereço, observado que:

a) Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

b) Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

c) Se a licitante for a matriz e o fornecimento for realizado pela filial, os documentos exigidos neste edital deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial, simultaneamente.

9.4 Caso o objeto desta licitação seja fornecido pela filial da empresa vencedora, deverão ser apresentados os documentos comprobatórios de regularidade fiscal de ambas;

9.5 A licitante poderá apresentar os comprovantes de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS centralizados junto à matriz, desde que junte comprovante da centralização do recolhimento das contribuições e apresente certidão em que conste o CNPJ da entidade centralizadora;

9.6 DA ABERTURA DO ENVELOPE Nº 2 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.6.1 Sendo considerada aceitável a proposta de preços da licitante que apresentou menor preço, o pregoeiro procederá à abertura do envelope nº 2 (DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO) da autora da proposta de menor preço, realizando a verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas neste edital.

9.6.2 Constatada a conformidade da documentação com as exigências contidas no edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto.

9.6.3 Em caso da licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro a inabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem crescente de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

9.6.4 Os envelopes de habilitação deste pregão que não forem abertos ficarão em poder do pregoeiro pelo prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, a partir da homologação da licitação, após o que ficará à disposição da licitante para retirada até o prazo de 05 (cinco) dias úteis.

9.7 As microempresas e empresas de pequeno porte que quiserem postergar a comprovação da regularidade fiscal, em cumprimento ao disposto a Lei Complementar 123/06, bem como, ter preferência no critério de desempate quando do julgamento das propostas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar, **também**, declaração de que estão enquadradas como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, e que querem exercer a preferência no critério de desempate no julgamento das propostas de preços.

10 DO JULGAMENTO

10.1 Abertas as propostas de preços de todas as licitantes, será examinada preliminarmente a satisfação dos pressupostos fixados nesta licitação e na legislação vigente;

10.2 No julgamento das propostas considerar-se-á vencedora(s) aquela(s) que, obedecendo às condições, especificações e procedimentos estabelecidos neste edital, apresentar o **“MENOR PREÇO GLOBAL”**;

10.3 Serão desclassificadas as propostas de preços em relação à qual for constatado:

- a) o não-atendimento das condições estabelecidas nesta licitação, em seus anexos;
- b) a fixação de condicionantes para a prestação dos serviços;
- c) forem omissas, vagas ou apresentarem irregularidades ou defeitos que possam inviabilizar o julgamento;
- d) a oferta de preços excessivos, assim considerados aqueles que forem superiores ao preço máximo que a Administração se propõe a pagar ou manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que se mostrarem desconformes com os preços correntes de mercado;
- e) No caso de arguição de inexequibilidade da proposta vencedora, o licitante deverá apresentar na própria sessão documentos que comprovem a exequibilidade da sua proposta. No caso da não apresentação ficará a critério do pregoeiro a abertura de diligência.

10.4 Verificado que a proposta de menor preço atende às exigências fixadas neste Edital, será procedida a fase posterior – Fase de Habilitação;

10.5 Para fins de julgamento das propostas de preços, será considerado empate:

- a) Nas situações em que duas ou mais propostas apresentarem o mesmo valor.

10.6 No caso de empate entre duas ou mais propostas, e após obedecido o disposto no § 2º do art. 3º da Lei nº 8666/93, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

10.7 DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.8 Os documentos de habilitação serão examinados pelo **pregoeiro**, que julgará habilitadas as licitantes que atenderem a todos os requisitos estabelecidos para este fim, na presente licitação;

10.9 Será julgada inabilitada a licitante que não apresentar qualquer dos documentos exigidos, ou apresentá-lo em desacordo com as normas desta licitação;

10.10 As microempresas e empresas de pequeno porte que apresentarem a declaração constante no subitem 5.1.1 d, deste edital, poderão sanar eventual restrição quanto à comprovação da regularidade fiscal após o julgamento das propostas de preços, **sendo concedido o prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da notificação que o proponente for declarado vencedor do certame**;

10.11 Verificado a regularidade na proposta e na habilitação a licitante, será esta declarada vencedora sendo-lhe adjudicado o objeto.

11 DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1 Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura do certame, conforme Art. 41 da Lei 8.666/93.

11.1.1 Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração a licitante que não o fizer até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a abertura do certame.

11.1.2 Será admitido o encaminhamento de impugnação ou recurso administrativo por meio de fac-símile ou e-mail, por intermédio de petição escrita dirigida à autoridade superior, sendo obrigatório o protocolo do documento original dentro do prazo legal.

11.2 Ao final da sessão, a licitante que desejar interpor recursos contra decisões do pregoeiro deverá manifestar imediata e motivadamente tal intenção, sendo-lhe concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurado vista dos autos.

11.3 Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

11.4 A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do direito de recurso.

11.5 As impugnações, recursos e contrarrazões deverão ser entregues no Setor de Protocolo da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina, Rua Paulo Malschitzki, 200 - Campus Universitário Prof. Avelino Marcante - Bairro Zona Industrial Norte - Joinville - SC - CEP: 89.219-710.

12 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

12.1 Homologado o procedimento, o órgão gerenciador convocará a licitante vencedora para assinatura da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, via e-mail.

12.1.1 A licitante convocada nos termos do item acima terá o prazo máximo de **03 (três) dias úteis**, para assinar a ata, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

12.1.2 A licitante convocada poderá pedir prorrogação do prazo, por igual período, para assinatura da ata de registro de preços, desde que formulada no curso do prazo inicial e alegado justo motivo, condicionado o atendimento do requerido, à aceitação dos motivos pelo órgão gerenciador.

12.1.3 Havendo recusa injustificada, por parte da licitante vencedora, para assinatura da ata de registro de preços, o órgão gerenciador cominará multa à empresa no valor equivalente a 20% (vinte por cento), calculado sobre o valor estimado da contratação, sem prejuízo de outras sanções previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e neste edital.

12.2 Se a licitante vencedora não apresentar situação de habilitação regular, ou, dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, poderá ser convocada outra licitante. Neste caso, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo a sua habilitação e, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, que será declarada a vencedora do certame, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço.

12.3 O prazo de vigência da ata de registro de preços tem início na sua assinatura e terá validade de 12 (doze) meses, vedada a sua prorrogação.

12.4 A minuta da ata de registro de preços – [Anexo V](#), é parte integrante deste edital.

12.5 Cancelada a ata de registro de preços, nenhum material será recebido, mesmo que solicitado anteriormente ao cancelamento.

12.6 DA EXECUÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

12.6.1 A ata de registro de preços somente será utilizada pelo órgão gerenciador e centros participantes indicados no Anexo I;

12.6.2 A existência de preços registrados não obriga o órgão gerenciador e os centros participantes a firmar as contratações que deles podem advir.

12.6.3 Ao assinar a ata de registro de preços, a empresa adjudicatária obriga-se a fornecer os itens a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste edital, em seus anexos e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital.

12.6.3.1 O órgão gerenciador e os centros participantes não estão obrigados a contratar a totalidade dos quantitativos previstos na ata, podendo contratar de forma parcelada, de acordo com as suas necessidades.

12.7 DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

12.7.1 A ata de registro de preços poderá ser alterada, na forma e condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

12.7.1.1 O contratado fica obrigado a aceitar, nos termos do art. 65, §1º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessários, não cabendo nesse caso qualquer tipo de indenização.

12.7.2 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo do fornecimento dos produtos registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador, promover as necessárias negociações junto ao fornecedor.

12.7.3 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador, deverá:

12.7.3.1 Convocar o fornecedor visando negociar a redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

12.7.3.2 Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

12.7.3.3 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.7.4 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador, poderá:

12.7.4.1 Negociar os preços;

12.7.4.2 Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;

12.7.4.3 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.7.5 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá revogar a ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

12.8 É vedado qualquer reajuste nos preços registrados, sendo permitido apenas o reequilíbrio contratual nos termos do art. 65 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

13 DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

13.1 O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

13.1.1 Não retirar o respectivo contrato, ordem de fornecimento, nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

13.1.2 Descumprir as condições da ata de registro de preços;

13.1.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado e;

13.1.4 Tiver presentes razões de interesse público.

13.2 O cancelamento de registro nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

13.3 O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço ocorrendo fato superveniente, que venha a comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado, condicionado o atendimento do requerido, à aceitação dos motivos pela contratante.

14 DA CONTRATAÇÃO

14.1 A contratação com os fornecedores registrados na ata, após a indicação pelo órgão gerenciador, será formalizada mediante emissão de autorização de fornecimento, conforme modelo constante do [Anexo VI](#) deste pregão, **ou** emissão de contrato, conforme modelo constante do [Anexo X](#), sendo este obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, conforme art. 62 da Lei nº 8666/93, correndo às suas responsabilidades todos os direitos e deveres decorrentes da execução contratual.

14.2 Da convocação para retirada da autorização de fornecimento ou assinatura do contrato:

A licitante vencedora será convocada pelo centro participante, para retirar a autorização de fornecimento ou assinar o contrato, no prazo de **03 (três) dias úteis**, contados da data da convocação. A convocação poderá se

dar por qualquer meio idôneo de comunicação, inclusive por meio dos correios, correio eletrônico, fax e telefone. Caso a(s) licitante(s) não seja(m) encontrada(s), será(ão) a(s) mesma(s) convocada(s), no mesmo prazo, por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, independentemente do Estado e/ou cidade em que a(s) licitante(s) tenha(m) sede e/ou filial.

14.2.1.1 A licitante convocada poderá pedir prorrogação do prazo, por igual período, para retirar a autorização de fornecimento ou assinar o contrato, desde que formulada no curso do prazo inicial e alegado justo motivo, condicionado o atendimento do requerido, à aceitação dos motivos pela contratante.

14.2.1.2 Havendo recusa injustificada, por parte da licitante vencedora, para retirar a autorização de fornecimento ou assinar o contrato, o centro participante cominará multa à empresa no valor equivalente a 20% (vinte por cento), calculado sobre o valor estimado da contratação, sem prejuízo de outras sanções previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e neste edital.

14.3 Se a licitante vencedora não apresentar situação de habilitação regular, tiver a sua amostra ou prospecto desclassificados ou, dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a retirar a autorização de fornecimento ou assinar o contrato, poderá ser convocada outra licitante. Neste caso, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta e habilitação e, assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, que será declarada a vencedora do certame, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço.

14.4 Da rescisão contratual

14.4.1 A rescisão da autorização de fornecimento/contrato poderá ocorrer na forma e hipóteses previstas pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

14.4.2 Da rescisão contratual decorrerá o direito da contratante, incondicionalmente, reter os créditos relativos ao contrato até o limite do valor dos prejuízos causados ou em face ao cumprimento irregular do avençado, além das demais sanções estabelecidas neste edital, no contrato e em lei, para a plena indenização do erário.

14.4.3 As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à Contratada são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009 e neste edital.

14.5 Dos direitos da administração

14.5.1 Ficam resguardados os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, na forma estabelecida no art. 77, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

14.6 A execução da autorização de fornecimento/contrato

14.6.1 São partes integrantes da autorização de fornecimento/contrato a ser assinado, como se transcritos estivessem, o presente edital de licitação, seus anexos, a ata de registro de preços e quaisquer complementos, os documentos, propostas e informações apresentadas pela licitante vencedora e que deram suporte ao julgamento da licitação.

14.6.2 Quaisquer atos ou ações praticados por empregados, prepostos ou contratados da contratante, que resultarem em qualquer espécie de dano ou prejuízo para a Administração Pública e/ou para terceiros, serão de exclusiva responsabilidade da contratada.

14.6.3 São de responsabilidade da contratada eventuais demandas judiciais de qualquer natureza, contra ela ajuizadas, relacionadas ao presente edital e à execução da autorização de fornecimento/contrato.

14.6.4 A licitante vencedora deverá manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente à contratante qualquer alteração que possa comprometer o objeto contratado.

14.7 Da vigência

14.7.1 As autorizações de fornecimento/contrato decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme o disposto no art. 57 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

14.8 Da alteração da autorização de fornecimento/contrato

14.8.1 A relação pactuada poderá ser alterada, na forma e condições estabelecidas no artigo 65, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

14.8.1.1 O contratado fica obrigado a aceitar, nos termos do art. 65, §1º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessário até 25% do valor atualizado da autorização de fornecimento/contrato, não cabendo nesse caso qualquer tipo de indenização.

14.9 Do material adquirido:

14.9.1A fiscalização, aceitação e rejeição do material adquirido, pelo órgão contratante, deverá atender ao que se encontra definido no edital e seus anexos.

15 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 O pagamento da presente licitação correrá a conta dos recursos consignados no orçamento do centro

Subação	Elemento de Despesa	Fonte
11038, 11039, 3176, 12759, 3201 e 3526	339039	100, 228, 240, 260, 261, 262, 265, 269, 285, 300, 628, 640, 660, 661, 662, 663, 665, 669 e 685

16 DO PAGAMENTO DAS DESPESAS

16.1 As despesas resultantes do presente pregão serão pagas de acordo com a proposta de preços apresentada pela empresa julgada vencedora, observado o que consta neste edital e seus anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

16.1.1 Em sendo vencedora licitante catarinense, para a emissão da nota fiscal, será observado o valor cotado sem a incidência do ICMS, observado o subitem 2.2.

16.1.2 O preço estabelecido é fixo, único e irrevogável, durante a vigência da ata de registro de preço, e inclui todos e quaisquer ônus, quer sejam tributários, fiscais ou trabalhistas, seguros, impostos e taxas, transporte, frete e quaisquer outros encargos necessários à execução do objeto do presente edital, exceto nos casos previstos no art. 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

16.2 O pagamento será:

16.2.1 Efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina, CNPJ nº 83.891.283/0001-36, devendo constar também o número da licitação e da autorização de fornecimento/contrato.

16.2.1.1 A nota fiscal modelo 1 ou 1-A, deve, obrigatoriamente, ser substituída pela Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, modelo 55, conforme determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 03 de julho de 2009. (Informações no site <http://nfe.sef.sc.gov.br>)

16.2.2 Liberado mediante apresentação das Certidões Negativa de Débitos para com FGTS, INSS e para com as Fazendas Municipal, Estadual e Federal, bem como a comprovação da inexistência de débitos perante a Justiça do Trabalho, observado o disposto no subitem 9.2.2 deste edital e na legislação pertinente.

16.2.3 Realizado por intermédio do Banco do Brasil, até o vigésimo dia do mês subsequente a aquisição e/ou prestação dos serviços, contados da data de entrega e aceite dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal/fatura acompanhada da documentação pertinente.

16.3 Vencido o prazo estabelecido e não efetuado o pagamento, os valores serão corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõe o artigo 117 da Constituição Estadual e artigo 40, inciso XIV, alínea “c” da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

16.4 Conforme estabelecido pelo Decreto Estadual N.º 2.762, de 15 de dezembro de 2009 em seu artigo 9º §4º, o credor que não possuir conta corrente no Banco do Brasil S/A ou em instituições financeiras autorizadas poderá receber o pagamento em outras instituições, mediante crédito em conta corrente do favorecido, ficando, contudo, responsável pelo pagamento das tarifas bancárias devidas da operação.

17 DAS SANÇÕES

17.1 As empresas que não cumprirem as normas de licitação e as obrigações contratuais assumidas estarão sujeitas às sanções e penalidades estabelecidas no Edital, na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e no Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, quais sejam:

I – Advertência;

II – Multa:

- a) 0,33% por dia de atraso, na entrega do produto ou execução do serviço, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, até o limite de 9,9%;
- b) 10% em caso da não entrega do produto, não execução do serviço ou rescisão contratual, por culpa da contratada, calculado sobre o valor do quantitativo não entregue;
- c) de até 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;

III – Suspensão:

A licitante ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, por até 5 anos quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta:

- a) não celebrar o Contrato;
- b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para o certame;
- c) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- d) não manter a proposta;
- e) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- f) comportar-se de modo inidôneo;
- g) cometer fraude fiscal.

17.2 Na aplicação das penalidades previstas neste edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou Contratada.

17.3 A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, sujeitando-se as sanções previstas no art. 7º da Lei Federal nº 10.520 e no art. 90 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

17.4 As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante/contratada.

17.5 Nenhum pagamento será realizado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

18 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 Informações e esclarecimentos sobre o edital serão prestadas por meio de e-mail: evandro.fuetcher@udesc.br, rafael.martins@udesc.br;

18.2 O fornecimento de cópias obedecerá ao seguinte:

18.2.1 Cópia deste edital e seus anexos poderá ser obtida pelos interessados, no endereço eletrônico <http://www.udesc.br>, por intermédio do link “Licitações” ou no <http://portaldecompras.sc.gov.br>, ou ainda na Coordenadoria de Licitações e Compras, no endereço e horários mencionados no subitem 21.1, mediante o recolhimento de taxa no valor de R\$ 0,10 (dez centavos) por folha, por intermédio do Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais – DARE – SC (www.sef.sc.gov.br), código da receita 5703, obedecendo o horário bancário;

18.2.2 A Administração se reserva o direito de fornecer as cópias requeridas no prazo de até dois dias úteis, após a comprovação do recolhimento do valor correspondente;

18.2.3 A Administração não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste edital, senão aquelas que estiverem rubricadas pela autoridade competente, ou sua cópia fiel;

Cópia do respectivo processo licitatório poderá ser obtida pelos interessados, mediante requerimento escrito dirigido à Coordenadoria de Licitações e Compras, por meio de e-mail: evandro.fuetcher@udesc.br, rafael.martins@udesc.br, ou no protocolo da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina.

18.3 É facultado ao pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo;

18.3.1 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os participantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação;

18.3.2 Na ocorrência de vícios sanáveis poderá o pregoeiro tomar as providências cabíveis para solução dos mesmos. Serão considerados como vícios sanáveis às falhas irrelevantes cometidas pelos licitantes em relação a documentos e propostas apresentadas, assim consideradas as que não digam respeito à exigência de natureza material, ou as de cunho formal que sejam reputadas indispensáveis para a adequada avaliação da pessoa do licitante ou da sua proposta.

18.4 A licitante que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos sobre o valor inicial da autorização de fornecimento/contrato que se fizerem necessários, por conveniência da contratante, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sem direito a qualquer indenização;

18.4.1 Na entrega, após a contratação, poderá ser feita comprovação dos critérios de avaliação da amostra aprovada, aleatoriamente e por amostragem.

18.5 Não será permitida a subcontratação do objeto deste edital;

18.6 Conforme estabelecido pelo Decreto Estadual N.º 2.762, de 15 de dezembro de 2009 em seu artigo 9º.º4º, o credor que não possuir conta corrente no Banco do Brasil S/A ou em instituições financeiras autorizadas poderá receber o pagamento em outras instituições, mediante crédito em conta corrente do favorecido, ficando, contudo, responsável pelo pagamento das tarifas bancárias devidas da operação;

18.7 A Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina poderá revogar o presente Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

18.8 O presente edital e seus anexos poderão ser alterados, pela Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina, antes de aberta a licitação, no interesse público, por sua iniciativa ou decorrente de provocação de terceiros, atendido o que estabelece o art. 21, § 4º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como adiar ou prorrogar o prazo para recebimento e/ou a abertura das Propostas e Documentos Adicionais;

18.8.1 Caso ocorram alterações neste edital, as mesmas serão disponibilizadas no site www.portaldecompras.sc.gov.br, e ainda, enviadas aos interessados registrados.

18.9 A participação na licitação implica automaticamente na aceitação integral e irretratável dos termos e conteúdos deste edital e seus anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor; e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;

18.10 Fica eleito o Foro da Comarca de Joinville/SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para apreciação judicial de quaisquer questões resultantes deste edital.

Joinville-SC, 06 de julho de 2018.

José Fernando Fragalli
Diretor Geral – UDESC/CCT

ANEXO I
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0960/2018
Termo de referência

- 1. OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE COFFEE BREAK PARA EVENTOS VINCULADOS AOS PROJETOS EDITAL PAEX 02/2017 E PASA 19/2017 – CCT/UDESC.
- 2. ESPECIFICAÇÕES E DESCRIÇÃO DE OBJETO:** Conforme Anexo II.
- 3. LOCAL, PRAZOS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:**
 - 3.1.** Os produtos serão entregues e/ou executados em local a ser determinado pelo fiscal de contrato, devendo este localizar-se sempre dentro dos limites territoriais do município de Joinville, SC.
 - 3.2.** O(s) contratado(s) receberão por parte do fiscal de contrato as solicitações, contendo horário, local do evento e número aproximado de pessoas a serem servidas, bem como a indicação dos itens a serem fornecidos, com **antecedência mínima de 04 (quatro) dias úteis**.
 - 3.3.** O prazo de entrega dos produtos e/ou serviços constantes nas solicitações será de até 60 (sessenta) minutos antes do início de cada evento.
 - 3.4.** As solicitações serão encaminhadas por e-mail (correio eletrônico), conforme a necessidade e mediante Autorização de Fornecimento (AF), emitida somente pelo fiscal de contrato ou seu substituto legal, discriminando os itens a serem adquiridos, os dados do objeto e a quantidade desejada.
 - 3.5.** As solicitações só poderão ser atendidas havendo saldo do item na Autorização de Fornecimento (AF) vigente.
 - 3.6.** As Autorizações de Fornecimento poderão ser entregues parceladamente, conforme a necessidade da Contratante, mediante solicitação formal do fiscal de contrato.
- 4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**
 - 4.1.** Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.
 - 4.2.** Emitir Notas Fiscais e DANFES, devendo agrupar na mesma nota os itens que possuírem o mesmo detalhamento orçamentário, constantes na planilha de especificações e informar o número da Nota de Empenho.
 - 4.3.** Fornecer os itens solicitados no local, data e horário indicados pela contratante, de forma adequada e acondicionados em embalagens higiênicas que proporcionem sua perfeita conservação até o momento do consumo, cumprindo com as normas sanitárias e de higiene que regem a matéria em especial.
 - 4.4.** Dispor e manter de veículos e sistemas de comunicação eficientes, de forma a garantir o cumprimento dos prazos de atendimento.
 - 4.5.** Entregar documentação comprobatória da contratação e habilitação da Contratada e/ou do profissional responsável indicado pela empresa, sempre que solicitado pela Contratante, no decorrer da vigência do contrato.
 - 4.6.** Responder pelos danos causados diretamente à Administração Pública ou aos bens da Contratante, ou ainda a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, durante a execução do contrato.
 - 4.7.** A Contratada, mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação dos produtos ofertados, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o(s) produto(s) em que se verificar(em) vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatados visualmente ou em laboratório, respondendo por todos os custos, sem qualquer ônus para a Contratante.
 - 4.8.** Realizar a limpeza dos locais utilizados após a realização de cada evento.

- 4.9. Cumprir rigorosamente as normas vigentes relativas ao objeto do contrato, especialmente à Lei Federal 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), as Normas de Medicina e Segurança do Trabalho e demais normas e regulamentos pertinentes ao objeto desta licitação.
 - 4.10. Assumir as obrigações estabelecidas na legislação específica acerca de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução do contrato, ainda que ocorridos nas dependências da contratante.
 - 4.11. Responder por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionados à execução do contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência; bem como assumir todos os encargos fiscais e comerciais derivados da contratação resultante deste processo licitatório referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm vínculo empregatício com a Contratante.
 - 4.12. Responsabilizar-se única e exclusivamente pela ocorrência de intoxicações alimentares ou quaisquer outras espécies de danos causados à pessoas, comprovadamente resultantes de alimentos de má qualidade ou impróprios para o consumo, suportando ainda os custos hospitalares, farmacológicos, de transporte e outros que porventura possam surgir em virtude desses fatos.
 - 4.13. A contratada não poderá cobrar qualquer valor adicional ao valor do objeto do contrato.
 - 4.14. Fornecer à seus funcionários, uniforme e identidade funcional, devendo ser portada em local visível, sem o qual não será permitido o acesso aos locais de realização dos eventos.
 - 4.15. Zelar pela utilização por parte de seus funcionários, de equipamentos de segurança pessoal, devendo ser adquiridos às expensas da Contratada. A resistência a não utilização destes poderá ensejar rescisão contratual.
 - 4.16. Responsabilizar-se única e exclusivamente por tudo o que concorrer à perfeita execução do contrato tais como: fornecimento de materiais e acessórios, ferramentas e equipamentos de instalação, transportes de materiais, fornecimento de mão-de-obra especializada, recolhimento de impostos e contribuições, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e demais itens pertinentes, direta e indiretamente necessários à perfeita execução contratual.
 - 4.17. Não ceder a outrem os serviços contratados, no todo ou em parte, e utilizar exclusivamente mão-de-obra de seus empregados para a realização dos serviços, assumindo total responsabilidade pelos encargos previstos na legislação trabalhista e atos por eles praticados.
 - 4.18. Serão, ainda, **responsabilidades da Contratada**, além das já citadas, **o fornecimento de MESA(s) necessária(s) para a prestação dos serviços, caso estas não existam no local, bem como TOALHAS NA COR BRANCA, UM ARRANJO DECORATIVO SIMPLES, GELO, TRAVESSAS EM AÇO INOX, JARRAS DE VIDRO, GUARDANAPOS, COPOS E TALHERES, estes dois últimos preferencialmente em plásticos transparentes de maior resistência, e demais itens, inclusive de armazenamento e de cozinha necessários para a prestação do serviço.**
- 5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**
- 5.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do serviço contratado, bem como atestar na nota fiscal/fatura do objeto contratado.
 - 5.2. Efetuar o pagamento à Contratada nos termos deste edital.
 - 5.3. Aplicar à Contratada as sanções regulamentares e contratuais.
 - 5.4. Solicitar a substituição dos produtos que não atenderem às especificações do objeto do contrato.
 - 5.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.
- 6. CONSIDERAÇÕES GERAIS:**
- 6.1. A duração de cada evento a ser realizado será de aproximadamente 60 (sessenta) minutos;
 - 6.2. A Contratante reserva-se ao direito de a qualquer tempo, previamente ao aceite, ou durante o prazo de vigência do contrato, proceder a análise técnica e de qualidade dos produtos entregues e serviços prestados, diretamente ou através de terceiros por ela escolhidos.

- 6.3.** A constatação de problemas através de análise técnica e de qualidade em mais de 20% (vinte por cento) dos produtos entregues, caracterizará a baixa qualidade dos mesmos, cabendo a Contratada a substituição de todos os produtos analisados, sem qualquer ônus para a Contratante, sob pena de descumprimento contratual.
- 6.4.** O aceite dos produtos pela Contratante, não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do produto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no edital ou atribuídas pela Contratada, verificados posteriormente, garantindo-se à Contratante as faculdades previstas no art. 18 da Lei Federal 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
- 6.5.** A Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.
- 6.6.** Por tratar-se de ESTIMATIVA DE CONSUMO, os quantitativos constantes neste termo de referência representam uma expectativa de contratação para fins de formação de preço por parte de empresa licitante, não gerando para a Contratante, a obrigação de sua contratação total, nem tampouco o pagamento por produtos e/ou serviços não prestados, sendo que a confirmação da quantidade de pessoas a serem servidas em cada evento deverá ser feita em conformidade com o exposto neste termo de referência.
- 6.7.** Qualquer tolerância por parte da Contratante em relação ao estabelecido no presente instrumento convocatório não implicará alteração de cláusulas ou condições pactuadas;

7. ESTIMATIVA

- 7.1.** O valor estimado para esta licitação é de R\$ 32.260,00 (vinte e nove mil quinhentos e nove Reais).
- 7.2.** Em caso de divergência entre o valor total e o valor unitário, prevalecerá o valor unitário.

8. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Gestor do Contrato	Responsável técnico	Fiscal do contrato
Ilson José Vitório	Cleverson Rosa	Cleverson Rosa



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS – CLICO/CCT

ANEXO II
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0960/2018
Quadro de Quantitativo e Especificação Mínima dos Itens

CONFORME PLANILHA EM ANEXO



ANEXO III
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0960/2018
Modelo de proposta de preços

À
Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Coordenadoria de Licitações e Compras – CLICO

Lote	Item	Descrição do item	Marca	Modelo	Unidade de fornecimento	Quant.	Preço unitário	Preço total

Razão Social: _____ CNPJ: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ CEP: _____ Estado: _____

Contato/Representante legal: _____

RG: _____ CPF: _____ Fone/Fax: _____

E-mail: _____

Dados para Pagamento:

Banco: _____ Agência: _____ Conta: _____

Validade da proposta: _____ dias.

_____ de _____ de _____.
(Local e data)

(Assinatura do REPRESENTANTE LEGAL)
(Carimbo)

Obs.: Preenchimento obrigatório, sob pena de não realização do empenho.

ANEXO IV
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0960/2018
Identificação dos envelopes

Envelope 01

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO E COMPRAS - CLICO
PREGÃO Nº 0960/2018
RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE
CNPJ
FONE / FAX / E-MAIL
[ENVELOPE E IDENTIFICAÇÃO DO CONTEÚDO]
PROPOSTA DE PREÇOS, ENVELOPE nº 1

Envelope 02

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO E COMPRAS - CLICO
PREGÃO Nº 0960/2018
RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE
CNPJ
FONE / FAX / E-MAIL
[ENVELOPE E IDENTIFICAÇÃO DO CONTEÚDO]
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, ENVELOPE nº 2

Envelope 03

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO E COMPRAS - CLICO
PREGÃO Nº 0960/2018
RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE
CNPJ
FONE / FAX / E-MAIL
[ENVELOPE E IDENTIFICAÇÃO DO CONTEÚDO]
EMPRESA INTERESSADA AUSENTE OU SEM REPRESENTANTE, ENVELOPE nº 3

ANEXO V
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0960/2018
Minuta da Ata de Registro de Preço

Aos dias do mês de do ano de dois mil e, a Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina, com sede na Av. Madre Benvenuta 2007, Itacorubi, Florianópolis/SC - CEP 88035-001, inscrita no CNPJ sob nº 83.891.283/0001-36, doravante denominado Órgão Gerenciador, neste ato representado pelo seu Reitor, Marcus Tomasi, portador do CPF nº 404294820-00, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em face da classificação das propostas apresentadas no pregão presencial nº 0960/2018, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** das empresas com preços mais vantajosos, por item, sujeitando-se as partes ao edital de pregão presencial nº 0960/2018, as determinações da Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Estadual nº 12.337 de 05 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, alterações posteriores, demais normas legais federais e estaduais vigentes e pelas cláusulas e condições que se seguem.

ITEM/LOTE 01 – Quantidade: - (descrição detalhada) – código, ao preço unitário de R\$,
Empresa:, CNPJ:....., neste ato representada por seu, Sr., portador do CPF nº, documento de identidade nº e, doravante, denominada FORNECEDORA.

ITEM/LOTE 02 – (...)

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do objeto e sua execução

Constitui objeto da presente Ata de Registro de Preços o registro dos preços dos produtos especificados no **Anexo II**, do edital de pregão presencial nº 0960/2018, com as características constantes das propostas julgadas vencedoras, que passam a fazer parte desta ata, como parte integrante.

Parágrafo Único – São centros participantes desta ata, aqueles descritos no item 3.1 do anexo I, do edital de pregão Presencial nº 0960/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – Da vigência

O prazo de vigência da ata de registro de preços tem início na sua assinatura e terá validade de 12 (doze) meses, vedada a sua prorrogação.

Parágrafo Único – Nos termos do art. 15, §4º da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina não está obrigada a adquirir exclusivamente por intermédio desta ata, durante o seu período de vigência, os produtos cujos preços nela estejam registrados, podendo adotar para tanto uma licitação específica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento aos registrados, no caso de igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA – Dos Contratos

Para consecução do(s) fornecimento(s) do(s) produto(s) registrado(s) nesta Ata, serão celebrados contratos específicos entre a(s) empresa(s) julgada(s) vencedora(s) – FORNECEDOR(AS) e o(s) centro(s) enunciado(s) no **anexo I, item 3.1**, do Pregão Presencial nº 0960/2018 – CENTRO PARTICIPANTE.

CLÁUSULA QUARTA – São partes integrantes da presente ata, independentemente de sua transcrição, o edital do pregão presencial nº 0960/2018, seus anexos e a proposta da FORNECEDORA.

CLÁUSULA QUINTA – Da alteração da ata de registro de preços

§ 1º – A ata de registro de preços poderá ser alterada, na forma e condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 2º – O contratado fica obrigado a aceitar, nos termos do art. 65, §1º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, não cabendo nesse caso qualquer tipo de indenização.

§ 3º – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo do fornecimento dos produtos registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador, promover as necessárias negociações junto ao fornecedor.

§ 4º – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador, deverá:

- a) Convocar o fornecedor visando negociar a redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.
- b) Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.
- c) Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 5º – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador, poderá:

- a) Negociar os preços;
- b) Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
- c) Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 6º – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA SEXTA – Das obrigações

§ 1º – Obriga-se a FORNECEDORA:

- a) a atender todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência desta ata de registro de preços, limitada ao quantitativo de cada item, observado o disposto na cláusula quarta;
- b) ao fornecimento do objeto deste registro de preços, de acordo com as especificações constantes no anexo I do edital do pregão presencial nº 0960/2018, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela contratante, sem qualquer ônus adicional;
- d) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata;
- e) manter, durante a vigência do registro de preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do pregão presencial nº 0960/2018;
- f) a estender aos contratos objeto desta ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- g) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à CONTRATANTE ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- h) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto deste instrumento;
- i) responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do pregão presencial nº 0960/2018;
- j) a prestar garantia e assistência técnica nos termos e prazos estabelecidos no edital do pregão presencial nº 0960/2018.

§ 2º – Obriga-se o órgão gerenciador:

- a) a prática de todos os atos de controle e administração do SRP, incluindo o controle efetivo do saldo quantitativo dos itens registrados;

- b)** gerenciar a ata de registro de preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades do(s) centro(s) participante(s), obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes da Ata;
- c)** conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;
- d)** prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA com relação a Ata de Registro de Preços.

§ 3º – Obrigam-se o(s) centro(s) participante(s):

- a)** tomar conhecimento da ata de registros de preços, inclusive as respectivas alterações porventura ocorridas, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições, logo após concluído o procedimento licitatório;
- b)** indicar o gestor da ata, ao qual, além das atribuições previstas no art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, compete:
 - b.1)** promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores a serem praticados, encaminhando, posteriormente, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;
 - b.2)** assegurar-se, quando do uso da ata de registro de preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização;
 - b.3)** zelar, após receber a indicação do fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, pelo mesmo, das obrigações contratualmente assumidas, e também, em coordenação com o Órgão Gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais; e
 - b.4)** informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender às condições estabelecidas em edital, firmadas na ata de registro de preços, as divergências relativas à entrega, as características e origem dos bens licitados e a recusa do mesmo no fornecimento ou prestação de serviços.

CLÁUSULA SÉTIMA – Do cancelamento do registro de preços

§ 1º – O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

- a)** não retirar o respectivo contrato, ordem de fornecimento, nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- b)** descumprir as condições da ata de registro de preços;
- c)** não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; e
- d)** tiver presentes razões de interesse público.

§ 2º – O cancelamento de registro nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 3º – O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço ocorrendo fato superveniente, que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado, desde que seja formulado com antecedência de 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA OITAVA – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador e os Centros Participantes a firmarem as contratações que deles podem advir.

CLÁUSULA NONA – Fica estabelecido neste instrumento que a assinatura desta ata de registro de preços supre a necessidade das assinaturas nas respectivas autorizações de fornecimento que dela podem advir.

CLÁUSULA DÉCIMA – Do Foro

Fica eleito o Foro da Comarca de Joinville/SC, com a renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para serem dirimidas questões originárias da execução desta ata.



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS – CLICO/CCT

E, por estarem justos e acordados, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas na presente Ata de Registro de Preços que, lida e achado conforme, foi confeccionada em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vai assinada pelo magnífico reitor, Marcus Tomasi, representando o **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

Florianópolis/SC, emde 2018.

MARCUS TOMASI
Reitor da UDESC


EMPRESA
NOME
CPF Nº



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS – CLICO/CCT

ANEXO VI
PREGÃO PRESENCIAL nº 0960/2018
Modelo de Autorização de Fornecimento

Autorização de Fornecimento vinculada a Ata de Registro de Preços e ao edital de Pregão Presencial nº 0960/2018

												
Estado de Santa Catarina												
Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC												
Autorização de Fornecimento vinculada a Ata de Registro de Preços e ao Edital de Pregão Presencial nº 0960/2018												
Processo SGPE-e (por empresa):												
Autorização de Fornecimento nº xxxx/xxxx												
Vigência da AF: xx/xx/xxxx												
Fornecedor:					Endereço:			Fone:				
CNPJ/CPF:					CEP:		Bairro:		e-mail:			
Banco:			Agência:		Conta:			Município:		UF:		
Lote	Item	Descrição do Material			Marca	Unidade	Prazo de entrega	Prazo de pago.	Qtde.	Preço unit. (R\$)	Desc. (R\$)	Preço Total (R\$)
Frete CIF					Total AF: R\$						0,00	
NOTAS EM NOME DE: Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC - CNPJ 83.891.283/0001-36						U. Orçam	Sub Ação	Natureza	Fonte	Valor (R\$)		
						xx	xx	xx	xx	0,00		
Local de entrega: a ser definido pelo fiscal de contrato de acordo com as condições do Anexo I						Advertimos que o não cumprimento das obrigações assumidas na fase licitatória e/ou na execução do contrato estarão sujeitas às sanções administrativas de conformidade com a Lei Federal n.º 8.666/93 e Decreto Estadual n.º 2.617/09.						
Endereço: xxxxxxxx												
Fone: xxxxxxxxxx												
Local e Data												
Nome e Cargo Diretor Geral do Centro Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina												



ANEXO VII
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0960/2018
Declaração – inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93

DECLARAÇÃO

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº, **DECLARA**, para fins do disposto no [inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993](#), acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Local e Data:

Nome, cargo e assinatura
Razão Social da empresa



ANEXO VIII
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0960/2018

**Modelo de Declaração: comprobatória de enquadramento na categoria Microempresa
ou Empresa de Pequeno Porte**

DECLARAÇÃO

Declaramos para os efeitos do disposto na Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, que a Empresa....., CNPJ, esta enquadrada na categoria.....(Pequeno Porte ou Microempresa), conforme determinações estabelecidas na lei nº 9.317, de 05 de dezembro de 1996, que Dispõe sobre o regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte, institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de pequeno Porte - SIMPLES e dá outras providências e alterações posteriores.

Local e data,

Nome, cargo e assinatura
Razão Social da empresa



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS – CLICO/CCT

ANEXO IX
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0960/2018
Modelo de Declaração: atendimento às condições de habilitação

DECLARAÇÃO

Declaramos para efeitos do atendimento do subitem 4.1.1, do edital de pregão nº 0960/2018 instaurado pela Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, conforme exigido pelo inciso VII, do art. 4º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que atendemos plenamente às condições de habilitação estabelecidas neste Edital.

Local e data,

Nome, cargo e assinatura
Razão Social da empresa

ANEXO X
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0960/2018
Minuta do contrato

CONTRATO Nº xxx/xxxx – UDESC

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE COFFEE BREAK PARA EVENTOS VINCULADOS AOS PROJETOS EDITAL PAEX 02/2017 E PASA 19/2017 – CCT/UDESC VIA SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – SRP, CELEBRADO ENTRE A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXX.

Pelo presente instrumento particular, a **Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC**, localizada nesta capital, na Av. Madre Benvenuta, 2007 - Itacorubi, inscrita no CNPJ sob nº 83.891.283/0001-36, neste ato representada pelo Magnífico Reitor Prof.º Marcus Tomasi, portador do RG nº 1460806/SSPSC, CPF 404294820-00, daqui por diante denominada **CONTRATANTE**, e, de outro, a empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, localizada na Rua xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, nº xxxx, Bairro xxxxxxxxxxxx, CEP: xxxxxxxx, na cidade de xxxxxxxxxxxx/xx, neste ato representada pelo Sr. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxxxx/xxxx-xx ora denominada **CONTRATADA**, firmam o presente contrato, que será regido pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, além da Lei complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato o fornecimento do(s) item(ns)/lote(s) nº..... com as características constantes da proposta julgada vencedora do pregão presencial SRP nº 0960/2018 e seus anexos, para atender as necessidades da UDESC, pelo preço decorrente da ata de registro de preços e suas alterações, conforme abaixo:

Item/Lote	Quantidade	Características

§ 1º – A qualidade e especificações do objeto fornecido deverá atender à legislação especial federal, estadual e/ou municipal aplicáveis.

§ 2º – O(s) contratado(s) receberão por parte do fiscal de contrato as solicitações, contendo horário, local do evento e número aproximado de pessoas a serem servidas, bem como a indicação dos itens a serem fornecidos, com **antecedência mínima de 04 (quatro) dias úteis**.

§ 3º – O fornecimento será realizado de acordo com as necessidades da UDESC. O prazo de entrega dos produtos e/ou serviços constantes nas solicitações será de até 60 (sessenta) minutos antes do início de cada evento.

§ 4º – São partes integrantes deste contrato, como se transcritos estivessem, o edital de licitação – pregão presencial SRP nº 0960/2018 e seus anexos, a proposta, os documentos e informações apresentadas pela licitante vencedora, a ata de registro de preços e quaisquer complementos que deram suporte ao julgamento da licitação.

CLÁUSULA SEGUNDA - PAGAMENTO E PREÇO

DO PREÇO

I – O preço unitário do produto, objeto do edital de pregão presencial SRP nº 0960/2018, de acordo com a proposta apresentada, é fixado em R\$

II – Do reajuste de preço – O preço estabelecido é fixo, único e irrevogável, durante a vigência do contrato, e inclui todos e quaisquer ônus, quer sejam tributários, fiscais ou trabalhistas, seguros, impostos e taxas, transporte, frete e quaisquer outros encargos necessários à execução do objeto do Contrato, exceto nos casos previstos no art. 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

III – A revisão dos preços poderá ser concedida, pela UDESC, a partir da análise e discussão de planilha que demonstre a alteração dos custos, a ser encaminhada pela CONTRATADA à UDESC, nos termos do art. 65, inc. II, letra “d” da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

§ 1º - Todo pagamento será efetuado pela UDESC em moeda corrente nacional no valor correspondente aos itens adjudicados, no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, conforme a entrega e aceite dos itens, através da Agência Setor Público do Banco do Brasil S.A..

§ 2º - O pagamento de despesas de cada Unidade Orçamentária, bem como a transferência de recursos aos Poderes e órgãos não integrantes do Sistema de Conta Única será realizado por intermédio de ordem bancária, através de sistema disponibilizado pela Secretaria de Estado da Fazenda, a crédito do beneficiário;

§ 3º - O credor que não possuir conta corrente no BESC ou em instituições financeiras autorizadas poderá receber o pagamento em outras instituições, mediante crédito em conta corrente do favorecido, ficando, contudo, responsável pelo pagamento das tarifas bancárias derivadas da operação, conforme Decreto Estadual nº 2762/2004.

§ 4º - Estabelece-se que as Notas Fiscais/Faturas não em conformidade serão devolvidas a contratada, para as devidas correções.

§ 5º - A Nota Fiscal em nome da UDESC, deverá indicar o número da nota de empenho correspondente e o número da conta corrente e da agência bancária para a emissão da respectiva ordem de pagamento.

§ 6º - **Não haverá** em hipótese alguma **pagamento antecipado** dos serviços prestados.

§ 7º - A empresa contratada apresentará nota de serviços e fatura para liquidação e pagamento da despesa pela UDESC, na sede desta.

§ 8º - A contratada obrigatoriamente apresentará junto com a(s) Nota(s) e fatura(s), Certidões Negativas de Débitos para com o INSS, a Justiça do Trabalho e para com as Fazendas Federal, Municipal e Estadual de Santa Catarina e, se for o caso, do Estado em que for sediado a licitante vencedora, sob pena do não pagamento até a regularização.

§ 9º - A não apresentação dos documentos enunciados no parágrafo anterior implica na suspensão do pagamento da fatura até a sua apresentação, não sendo exigível, neste caso, atualização financeira dos valores, por inadimplemento.

§ 10º - Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, bem assim, em razão de dano ou prejuízo causado à UDESC ou a terceiros, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço.

§ 11º - O pagamento da fatura será suspenso se verificada execução defeituosa do contrato, e enquanto persistirem restrições quanto ao fornecimento efetivado, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço

§ 12º - Não será permitida qualquer negociação dos créditos advindos da contratação por parte da empresa vencedora, ficando vedada a sua negociação com terceiros como forma de adiantamento de recursos.

DA ATUALIZAÇÃO POR INADIMPLEMENTO

§ 13º - Vencido o prazo estabelecido e não efetuado o pagamento pela UDESC, sem que haja culpa da CONTRATADA, os valores serão corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das

obrigações tributárias, em observância ao que dispõe o artigo 117, da Constituição Estadual e artigo 40, inciso XIV, alínea “c”, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O pagamento do presente contrato correrá a conta dos recursos orçamentários consignados no orçamento da UDESC à execução do presente contrato, conforme dotação:

Subação	Elemento de Despesa	Fonte
11038, 11039, 3176, 12759, 3201 e 3526	339039	100, 228, 240, 260, 261, 262, 265, 269, 285, 300, 628, 640, 660, 661, 662, 663, 665, 669 e 685

CLÁUSULA QUARTA - VIGÊNCIA

O contrato terá sua vigência compreendida entre a data de sua assinatura e o final do exercício no qual o mesmo foi firmado, não ultrapassando a data limite de 31 de dezembro. A eventual entrega do(s) objeto(s) da presente licitação em data posterior a da vigência do contrato não caracterizará sua renovação ou continuidade, bem como, não obriga a UDESC a recebê-lo(s).

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

DA CONTRATADA

- a) a atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência da ata de registro de preços, limitada ao quantitativo de cada item, observado o disposto na Cláusula Quarta;
- b) ao fornecimento do objeto deste registro de preços, de acordo com as especificações constantes no anexo II do edital do pregão presencial SRP nº 0960/2018, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela contratante, sem qualquer ônus adicional;
- d) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto deste contrato;
- e) manter, durante a vigência do registro de preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do pregão presencial SRP nº 0960/2018;
- f) a estender aos contratos objeto desta ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- g) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto do presente Contrato;
- h) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à UDESC ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- i) responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do pregão presencial SRP nº 0960/2018;
- j) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela UDESC quando da entrega do produto.

DA UDESC

- a) emitir a autorização de fornecimento/contrato do produto licitado;
- b) notificar, por escrito, à CONTRATADA a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do objeto deste termo, para que sejam tomadas providências em face de quaisquer irregularidades;

- c) conduzir eventuais procedimentos administrativos de readequação dos preços contratados, visando a equiparação aos preços registrados na ata de registro de preços e suas alterações e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;
- d) fiscalizar e acompanhar a execução do contrato, segundo seu interesse, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, relatando irregularidades, quando for o caso;
- e) efetuar pagamento à contratada de acordo com a forma e prazo estabelecido em edital;
- f) prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Indicação do gestor, responsável técnico e fiscal:

FISCAIS DO CONTRATO	
CENTRO	FISCAL DO CONTRATO/ARP
CCT	Cleverson da Rosa
RESPONSÁVEL TÉCNICO	
Cleverson da Rosa	
GESTOR DE ADMINISTRAÇÃO	
Ilson José Vitório	

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL POR ADITAMENTO

Proceder-se-á a alteração do contrato, quando couber, observadas as disposições do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e modificações ulteriores.

CLÁUSULA OITAVA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas em Lei, com assento no Capítulo III, Seção V, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nos seguintes casos:

- I – por ato unilateral e escrito da UDESC, nos casos enumerados nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- II – amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração, mediante formalização por intermédio de aviso com antecedência mínima de 30 dias, não cabendo indenização de qualquer das partes, exceto para pagamento dos fornecimentos comprovadamente prestados;
- III – judicialmente, na forma da legislação vigente;
- IV – a rescisão contratual determinada por ato unilateral, em que constatado o descumprimento do avençado, acarreta as seguintes consequências para a CONTRATADA, sem prejuízo das sanções previstas:
 - a) execução dos valores das multas e indenizações devidas à UDESC;
 - b) retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados à UDESC.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

As empresas que não cumprirem as normas de licitação e as obrigações contratuais assumidas estarão sujeitas às sanções e penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e no Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, quais sejam:

I – Multa:

- a) 0,33% por dia de atraso na entrega do produto ou execução do serviço, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, até o limite de 9,9%;
- b) 10% em caso de não entrega do produto, não conclusão do serviço ou rescisão contratual, por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;
- c) de até 20% calculado sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

II – Suspensão:

A licitante ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, por até 5 anos quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta:

- a) não celebrar o contrato;
- b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para o certame;
- c) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- d) não mantiver a proposta;
- e) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- f) comportar-se de modo inidôneo;
- g) cometer fraude fiscal;
- h) por prazo indeterminado, quando a empresa receber qualquer das multas previstas e não efetuar o pagamento.

III – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, em caso de faltas graves apuradas por intermédio de processo administrativo.

IV – Na aplicação das penalidades previstas neste edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou CONTRATADA, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas às justificativas da licitante ou CONTRATADA, nos termos do que dispõe o artigo 87, “caput”, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

VI – As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante/CONTRATADA.

VII – Nenhum pagamento será realizado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VINCULAÇÃO

Vincula-se o presente contrato às disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Estadual nº 12.337, de 05 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, alterações posteriores, o edital de pregão presencial SRP nº 0960/2018, à proposta da CONTRATADA, demais normas legais federais e estaduais vigentes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO

Fica eleito o foro da comarca da Joinville, Estado de Santa Catarina, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente termo de contrato.

E, para a validade do que aqui ficou estipulado, lavrou-se o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que depois de lidas e achadas conforme, são assinadas pelas partes CONTRATANTES perante duas testemunhas.

Florianópolis, de de XXXX.



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS – CLICO/CCT

.....
UDESC

.....
Contratada